

5 Considerações finais

Sempre me intrigou muito, como morador da Maré e como professor, o fato de ouvir de minha casa, localizada exatamente em frente a uma das 16 escolas públicas da Maré, dois tipos de sons diferentes, mas com relações muito intrínsecas. O primeiro era o toque do sinal da escola e o segundo o som das crianças por ele avisadas da próxima ação que deveria ocorrer, ou seja, entrada ou a saída.

O mais interessante é que esses sons mantêm relação não só entre si, mas também com o horário do dia em que são produzidos. Assim, quando o sinal da escola soa às 7h da manhã, o que se ouve em seguida é um som de passos apressados e o murmúrio das primeiras conversas das crianças que se encaminham para suas salas de aula. Não quero dizer que haja tristeza ou algo parecido nesse ato, mas apenas a pressa para chegar à sala de aula.

Contudo, esses sons são completamente diferentes quando o sinal que soa é o da saída. Neste momento, o que se ouve, logo em seguida ao toque do sinal, é outro som, o das crianças que explodem de alegria, manifestada através de gritos e assovios e de uma algazarra viva e alegre. Essa diferença de comportamento é um mistério que sempre me interessou.

Desse modo, esse “mistério”, tão presente e tão próximo, foi o primeiro dos muitos motivos que me fizeram pesquisar as ações de um projeto educacional que busca interferir na realidade da metade das 16 escolas da Maré. Principalmente, porque ele apresenta como intenção fundamental ajudar essas escolas a se tornarem instituições melhores, mais atraentes e com capacidade de gerar novas oportunidades de aprendizagem para suas crianças.

O projeto foi batizado de Programa Criança Petrobras na Maré e é dirigido pelo CEASM, uma instituição comunitária da Maré, que conta com o apoio da empresa estatal Petrobras. Esta empresa mantém outros projetos no Brasil com o mesmo nome, mas esses projetos não são em nada parecido com o que analisamos aqui.

Na Maré, o Programa adquiriu uma estrutura especial e ganhou autonomia. Isso se deve exatamente à parceria com o CEASM, que conseguiu imprimir uma filosofia e uma metodologia de trabalho bem peculiares.

Outra razão importante para a escolha desse tema foi a minha participação no CEASM. Atuo na instituição desde 1999, primeiro como professor do curso pré-vestibular e, a partir de 2001, como diretor. Desse modo, acompanhei a implementação do Programa e pude observar seu desenvolvimento ao longo do tempo. Por isso, avaliar essa iniciativa não foi tarefa fácil, pois o meu envolvimento com a instituição é grande.

Enfrentei, em muitos momentos, por conta dessa relação que mantenho com o CEASM, a tensão entre o pesquisador e o militante político. Embora não acredite na imparcialidade absoluta ou na neutralidade científica, pois todos nós somos atores sociais e por isso nosso discurso é marcado pelo lugar de onde falamos, procurei relativizar meu envolvimento com a Maré e com o CEASM. Esse certamente não foi um exercício dos mais fáceis, mas procurei manter uma “perspectiva acadêmica” que colocasse meu trabalho dentro dos limites de uma pesquisa científica.

Com esse espírito, procurei avaliar as propostas do Programa Criança Petrobras na Maré e discutir se realmente ele conseguiu cumprir seus objetivos. Porém, antes de abordar os resultados, discuti algumas questões que a meu ver são fundamentais, pois mantêm relação com a formação das favelas cariocas e com a formação da Maré.

Observar essas questões é muito pertinente na medida em que isso nos fornece um quadro mais abrangente do território e de algumas práticas desenvolvidas a partir dele e que podem gerar dificuldades para a implementação de uma ação grandiosa como o Programa. Só a título de lembrança: o Programa Criança Petrobras na Maré chegou a atender, em 2005, quase 2.300 crianças.

Desse modo, começamos este estudo observando a constituição da favela na cidade do Rio de Janeiro e sua estruturação como o “lugar dos pobres”, muitas vezes afirmado e confundido também como o lugar das “classes perigosas”. Vimos como esses territórios foram e ainda são vistos como estranhos à cidade e como o Estado, a mídia e a “boa sociedade” representada, sobretudo, pelos setores econômicos hegemônicos tentaram dar uma “solução final” à favela. Essa solução pauto-se pela condenação dos espaços favelados e pela idéia sempre presente da remoção.

Desde os primeiros cortiços e barracos, as pessoas que resolveram a questão da própria moradia alugando pequenos cômodos ou construindo suas casas sem nenhum tipo de ajuda, a não ser a do vizinho na mesma situação, foram hostilizadas e vistas como um mal para a sociedade, seja por conta de sua pobreza material, seja por conta de sua “teimosia” em morar nas áreas cada vez mais valorizadas da cidade.

Pudemos observar também como instituições sociais como a Igreja Católica e diversas instâncias do Estado mantiveram relações contraditórias com as favelas. Em muitos momentos, essas relações foram autoritárias, marcadas pelo preconceito e pelo conflito. Em outros momentos, sobretudo, nos períodos mais democráticos, as relações eram mais amistosas. Contudo, sempre pairou sobre a cabeça da população favelada a ameaça da remoção. Por isso as tensões, desconfianças e muitos desentendimentos.

Discutimos a construção de alguns discursos que marcaram e ainda marcam a relação do Estado, da sociedade e do mercado com relação à questão da favela. Para efeito deste trabalho, classificamos esses discursos em três: o conservador, o populista e o progressista.

Os conservadores, representados pelos grupos ligados ao grande capital e à especulação imobiliária, sempre viram e fizeram uma associação direta entre pobreza e criminalidade e sua “solução” para a favela foi a da remoção de seus moradores para lugares bem distantes da “boa sociedade”. Para esses setores, os pobres enfeiam a cidade e são potencialmente perigosos.

Já os populistas, representados pelos setores e grupos sociais que de alguma maneira apoiavam a política varguista de aproximação com as massas urbanas nos anos 30 em diante, mantiveram uma relação ambígua e clientelista com os favelados. Ao mesmo tempo em que reconheciam suas necessidades e a justiça de suas reivindicações, procuravam angariar apoio para seus projetos. Para isso, faziam pequenas concessões às populações pobres e procuravam capitalizar para si o seu apoio político.

Por outro lado, os progressistas representados por setores da esquerda, da classe média e por parte da Igreja Católica, afirmavam e defendiam os direitos dos favelados contra o poder autoritário do Estado. Esse discurso ganha força a partir dos anos 70 e 80 no bojo da luta pela redemocratização do Brasil. Contudo, os progressistas não superaram a visão, também presente nos outros discursos, de

que o morador da favela é um sujeito absolutamente passivo e incapaz de empreender lutas autônomas, por isso precisa sempre de alguém, de alguma instituição ou órgão do governo que lhe diga o que fazer.

Os progressistas incorriam ainda no erro, ainda hoje muito difundido entre setores da esquerda, de que era preciso tolerar os “pequenos” desvios como furto de energia ou água, pois os moradores das favelas são pessoas “carentes” que precisam de ajuda e compreensão.

Assim, o que aproxima os três discursos é o fato de que eles não vêem os moradores das favelas cariocas como sujeitos de sua própria história, como pessoas que enfrentam imensas dificuldades no seu cotidiano, mas que nem por isso deixam de produzir sua subjetividade ativamente. Tal postura dificulta, sobremaneira, o reconhecimento desses moradores e dos espaços populares como sujeitos de direitos e como cidadãos plenos.

Isso abre perspectiva para a conhecida fórmula da “cidade partida”. Também expressa, ora de maneira mais explícita ora mais velada, através dos discursos acima. Segundo essa idéia “asfalto” e “favela” são elementos não apenas diferentes, mas principalmente antagônicos. É óbvio que tal postura reflete uma concepção sociocêntrica da realidade. Nela, o grupo hegemônico da sociedade, representado pelo “asfalto”, define, a partir de seus valores e práticas, o que é ser um cidadão e o que é a “normalidade”.

Desse modo, os moradores das favelas são sempre definidos pelo estigma da violência, da ausência moral e material ou pela incapacidade de resolver seus problemas. Não se reconhece o enorme potencial que esses moradores têm e a grande capacidade criativa de enfrentamento do difícil cotidiano de quem não possui recursos materiais e econômicos em nosso país. Obviamente, reconhecer a força e a capacidade criativa desses moradores não exclui o compromisso e o dever do Estado para com eles.

Nesse sentido, o CEASM ao propor uma ação conjunta como o Programa Criança Petrobras na Maré, ao mesmo tempo em que aposta na potencialidade dos moradores, reconhece a importância da escola pública e, com isso, procura reforçar o papel da principal instituição estatal nas comunidades da Maré.

É bom dizer que ter escolas em quase todas as comunidades é um privilégio para a Maré, pois isto não ocorre na maioria das favelas cariocas. No entanto, essa cobertura é ainda é insuficiente do ponto de vista do que o Estado poderia oferecer em termos de serviços. Em um território, maior que Angra dos Reis, maior que 80% de todas as cidades brasileiras, e com uma população de 132 mil habitantes(censo CEASM, 2000), não existem equipamentos públicos e nenhuma ação estatal de fôlego. Infelizmente, na maioria das vezes, essa ação fica restrita às batidas policiais responsáveis muito mais pela intranqüilidade e o medo, do que pela segurança dos moradores.

Foi diante desse quadro que o Programa Criança Petrobras na Maré foi pensado e por isso suas ações ganham tanta relevância. Se não resolve todos os problemas educacionais da Maré, pois nenhum projeto isolado pode fazê-lo, o Programa atua sobre um das questões fundamentais enfrentada pelos moradores, ou seja, a qualidade da educação. Pois, como já dissemos a quantidade de escola públicas na Maré, ao menos para o Ensino Fundamental, é suficiente, mas ainda é necessário melhorar a qualidade do ensino oferecido.

Desse modo, o desenvolvimento das atividades do Programa procura ajudar a melhorar o quadro educacional na Maré quando propõe ações como as oficinas pedagógicas e culturais que trabalham com novas linguagens e usam novos recursos pedagógicos na escola. Cabe ressaltar que esse trabalho é realizado pelos profissionais do Programa, que procuram integrá-lo ao currículo da escola ao mesmo tempo em que buscam ampliar esse currículo.

Para avaliarmos os efeitos do Programa sobre a escola e sobre os resultados escolares dos alunos utilizamos dois tipos de indicadores. O primeiro procurou captar quais os efeitos das ações do Programa Criança Petrobras na Maré em um nível mais micro, correspondente à sala de aula. A intenção foi a de captar a relação existente entre o Programa e os resultados escolares dos alunos quando avaliados por seus professores.

O segundo grupo de indicadores incidiu sobre o nível mais macro, correspondente à escola. Isso significa dizer que estudamos e analisamos indicadores que extrapolam as ações mais imediatas do Programa, ou seja, que não se limitavam às oficinas, mas que tinham relação com o “todo” da escola. Por isso, privilegiamos os indicadores de reprovação, distorção idade-série, abandono

escolar e os resultados da Prova Brasil de 2005, pois eles mantêm relação direta com o universo escolar mais geral.

Para explorarmos os resultados escolares das turmas, em um nível mais próximo da sala de aula e do cotidiano escolar, construímos uma classificação das turmas, a partir de uma pontuação que transformou os conceitos dados pelos professores e professoras dos alunos em notas. A partir daí, pudemos constatar que as turmas das escolas atendidas pelo Programa tiveram melhores resultados do que as não atendidas.

Desse modo, a exceção do ano de 2002, quando os resultados são muito próximos e as turmas não atendidas foram um pouco melhor, os anos de 2003, 2004 e 2005 apontam para uma diferença significativa e positiva em favor das turmas atendidas pelo Programa.

Assim, quando retomamos nossa hipótese central, ou seja, a de que as ações do Programa Criança Petrobras na Maré têm efeitos positivos e ajudam a mudar as escolas por ele atendidas pudemos constatar que ela é confirmada, em parte, ou mais especificamente no nível da turma.

De outro lado, quando nos posicionamos do ponto de vista mais amplo como o da escola, verificamos que essas ações ainda não foram capazes de modificar a realidade escolar. Problemas como evasão, distorção idade-série e não- aprovação persistem nas escolas atendidas pelo Programa e precisam ser enfrentadas.

Com efeito, os principais achados desta dissertação constataam que a educação escolar na Maré está muito aquém do satisfatório. Os indicadores escolares mostram que as escolas da Maré, quando comparadas às escolas federais, estaduais e ao conjunto das escolas municipais, não se saem bem, já que a maioria ficou abaixo das médias nacionais na Prova Brasil de 2005, por exemplo.

Quanto aos demais indicadores, o quadro também não é dos mais animadores, pois o que percebemos é que a não aprovação, o abandono escolar e a distorção-idade série são altas e estão, em sua maioria, muito acima da média das escolas municipais do Rio de Janeiro.

Desse modo, o quadro educacional mais geral nos mostra o quanto ainda precisa ser feito para que as escolas da Maré se tornem instituições mais eficazes, no sentido de contribuir para o aumento do desempenho escolar de seus alunos e, também, para aumentar a permanência deles dentro da escola.

Esses resultados parecem ser cruciais como subsídios para o planejamento e avaliação do Programa Criança Petrobras na Maré e para redirecionar suas ações e sua trajetória.

Talvez tenha sido exagerada a nossa expectativa com relação aos efeitos do Programa nos indicadores acima referidos, pois para melhorá-los é necessária uma forte ação do poder público, que deveria agir de maneira diferenciada e investir muito mais recursos financeiros e humanos nas escolas locais. Temos, ainda, outras variáveis sobre as quais o Programa pode fazer muito pouco, como, por exemplo, a questão da violência que atinge as comunidades no entorno escolar, a questão da limitação dos recursos materiais das famílias dos estudantes, a falta de bens e equipamentos culturais e o descaso do Estado para com a educação pública de maneira geral.

Desse modo, o Programa Criança Petrobras na Maré tem contribuído para melhorar o aprendizado das turmas atendidas. Contudo, como ficou claro, o efeito de suas ações não consegue atingir níveis escolares mais amplos. Isso se dá, em parte, por problemas que extrapolam sua competência, mas também ocorre em razão de alguns equívocos metodológicos na condução do Programa.

O primeiro deles é a falta de investimentos em ações que possam envolver mais os professores e professoras, bem como a direção das escolas. Reconhecemos, contudo, que essa é uma ação difícil, pois o espaço para tais iniciativas é muito limitado seja por conta da própria dinâmica das escolas, seja por causa da burocracia que envolve os órgãos do governo ou mesmo pela desconfiança dos atores escolares, que muitas vezes vêem este tipo de iniciativas como uma intromissão indesejável.

Outra questão metodológica que limita os efeitos do Programa é o pouco tempo disponível para as oficinas. Embora, elas aconteçam com regularidade, estão limitadas a apenas 1h30 por semana. Isso é pouco para o que se pretende. Assim, se temos um desempenho melhor das turmas do Programa, como pudemos verificar com o indicador de resultados a partir da avaliação dos professores, estes poderiam ser bem melhores se o tempo de participação nas oficinas fosse ampliado.

Uma terceira questão que nos parece pertinente diz respeito à mudança ocorrida em 2004, quando os estudantes passaram a ser atendidos de forma individualizada e não mais em bloco, em conjunto com suas turmas de origem.

Mudou-se, também, o foco do atendimento, pois as turmas atendidas passaram a ser as de primeiro ciclo e não mais as 3^a e 4^a séries.

O atendimento a alunos fora do contexto da sua turma parece-nos uma estratégia equivocada, pois efeitos mais duradouros e globais parecem ser obtidos, conforme os achados desta pesquisa, quando as turmas e não os alunos individualmente são o alvo das ações do Programa. E este resultado é válido para as turmas de primeiro ciclo.

Desse modo, acreditamos que são necessárias algumas mudanças no funcionamento do Programa. Por isso, propomos cinco recomendações para os gestores do Programa Criança Petrobras na Maré decorrentes desta pesquisa. Essas recomendações assumem direções distintas, mas complementares, a saber:

I. Observar a estrutura e a organização da escola sem deixar de focalizar a sala, ou seja, é necessário situar os esforços tanto na dimensão da sala de aula como nas dimensões globais da escola.

II. Aumentar o tempo de permanência dos estudantes nas oficinas, sobretudo, naquelas mais voltadas para as práticas propriamente escolares e que cultivam relação direta com a leitura, a escrita e os cálculos matemáticos. Isso porque essa é a base sobre a qual os saberes escolares posteriores vão se estruturar;

III. Reverter a decisão tomada em 2004, de modo a que as oficinas voltem a atender a turmas “fechadas” dos anos iniciais do Ensino Fundamental e não a indivíduos isolados. Dessa forma, os resultados escolares poderão ser disseminados entre os alunos, com potencial de auxiliar o trabalho dos professores e professoras das escolas no seu cotidiano.

IV. Investir mais recursos e energia na participação dos atores escolares na problematização, discussão, preparação e execução das ações do Programa. Isso poderia ser acompanhado do maior incentivo à reflexão quanto ao papel da escola pública na Maré.

V. É imprescindível que seja estruturado um banco de dados para o Programa. O que se tem hoje é um conjunto de informações muito precárias e não tão bem organizadas como deveriam. Esse banco de dados deve ser alimentado com informações e com avaliações periódicas que podem ser do andamento das oficinas e das avaliações de resultados semestrais ou anuais.

Finalmente, acreditamos que ações que reconhecem a centralidade da escola pública na vida das crianças e jovens, sobretudo, dos espaços populares, ao mesmo tempo em que procuram ajudar essa instituição a cumprir bem o seu papel devem ser incentivadas. No caso do Programa Criança Petrobras da Maré, apesar de seus limites, ele vem cumprindo um papel importante, principalmente quando amplia o leque de possibilidades e permite a aquisição de novos conhecimentos e novos saberes por parte das crianças da Maré.

Assim, realizando ações como essa estaremos mais próximos do dia em que o som do sinal de entrada e de saída nas escolas soe da mesma forma para as crianças e elas respondam com a mesma intensidade e alegria aos dois.